

Reflexões sobre o Sistema de Defesa Nacional

Parte II¹

Ivan Fialho*

Após apresentar, na Parte I, publicada em ADN nº 789 (p. 46 a 58), comentário sobre os principais aspectos teóricos, políticos e técnicos a serem observados no planejamento nacional de uma potência média, o autor, nesta oportunidade, usa os conhecimentos já apresentados no levantamento de idéias para a reformulação do sistema de defesa nacional brasileiro.

VISUALIZAÇÃO DO NOVO SDN BRASILEIRO

Características Desejáveis

Apresentamos abaixo um extrato do relatório *Características Desejáveis para o Sistema de Defesa Nacional, com Base na Política de Defesa Nacional*, elaborado, em 1998, por um grupo intersetorial e interforças, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, durante o processo de criação do Ministério da Defesa.

O documento, de caráter esquemático, parte de três chamadas premissas básicas: *Poder Dissuasório; Organização Sistêmica; e Binômio Diplomacia-Forças Armadas*. Enumera 16 características de-

sejáveis do SDN, com as justificativas/implicações sintéticas correspondentes, tudo referenciado a itens da Política de Defesa Nacional.

Resumimos abaixo algumas características e suas justificativas/implicações:

- *Efetiva participação de todos os segmentos da sociedade brasileira* - Deve-se criar uma verdadeira mentalidade de defesa nacional no âmbito da sociedade, atrair os segmentos acadêmico, industrial e científico-tecnológico, visando ao desenvolvimento tecnológico e à independência do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a defesa.
- *Existência de um órgão central* - Para integrar, em melhores condições, o planejamento da Estratégia de Defesa Nacional e do emprego combinado das forças singulares.
- *Doutrina comum para o emprego combinado de meios* - Condição es-

* Coronel de Material Bélico e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

sencial para a Defesa Nacional constituir um sistema.

- *Flexibilidade para evoluir rapidamente da situação de paz para a de conflito* - Implica capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais, o que contribui também para o poder dissuasório da nação. Necessita-se aprimorar os subsistemas de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na Defesa Nacional e aptidão para evoluir para Estrutura Militar de Guerra.

- *Versatilidade para adaptação às condicionantes dos diferentes cenários* - Necessidade de instrução e adestramento para as diferentes modalidades e intensidade de combate.

- *Capacidade de pronta resposta, independentemente de mobilização. O Sistema deve ser dinâmico e proativo, isto é antecipar as ações, ao invés de reagir a elas* - Visando a ganhar tempo, os meios do Sistema devem ser posicionados e movimentados de forma articulada, antecipando situações de risco, tendo-se em mente um sistema de alerta que permita ações de resposta. Deve-se criar, portanto, um sistema integrado de vigilância do País, cobrindo as fronteiras terrestres, as águas jurisdicionais e o espaço aéreo.

- *Dimensionamento e distribuição das Forças Singulares em função das ameaças potenciais* - Presença física das Forças Armadas em muitos pontos do território nacional configura o único sinal da existência do Estado, especialmente na Amazônia e na Região Centro-Oeste. O adequado posicionamento de forças, com o poder de combate judiciosamente dimensionado, possibilita velocidade de

resposta a ações que perturbem a Segurança Nacional.

- *Cooperação com ações desenvolvidas para a obtenção e manutenção da paz* - A participação em operações e manutenção da paz tem contribuído para projetar o prestígio das Forças Armadas e do Brasil no cenário internacional. Promove a integração regional com o implemento da confiança mútua.

- *Modernidade na estrutura organizacional e meios operativos* - Incorporação de novas tecnologias aos meios operativos deve ser buscada permanentemente.

- *Voltado para as ameaças externas* - O SDN deve ser perene e independente da conjuntura internacional, que pode variar rapidamente. Em outras palavras, essa conjuntura deve ser levada em conta na estrutura básica do SDN.

- *Orçamento de defesa discriminado por Forças Armadas* - O dimensionamento e a conseqüente participação no orçamento de defesa de cada Força Armada deve ser coerente com o que para elas estiver previsto no planejamento estratégico. Legislação específica deverá vincular recursos destinados à modernização e à eficácia do Poder Militar, de forma contínua e equilibrada.

- *Ter capacidade de adaptar-se para garantir a manutenção da lei e da ordem* - O SDN deve ter condições de estabelecer a ordem pública, com ou sem apoio das Polícias Militares Estaduais.

Concepção Estratégica

De acordo com a metodologia do planejamento da defesa para as potências médias e com as bases conceituais desenvolvi-

das na Parte I, apresentaremos os principais parâmetros que julgamos deveriam nortear a reestruturação do SDN brasileiro, de modo a superar as deficiências atuais e, ao mesmo tempo, ajustá-lo para as novas necessidades do século XXI, atendendo, ainda, às características desejáveis expostas no item anterior.

• Fator Geográfico

Os principais riscos e ameaças ao território brasileiro provêm das grandes potências, pelo mar e pelo ar e não mais dos países vizinhos, por terra.

O mar também é o cenário para importantes vulnerabilidades estratégicas do País, relacionadas ao tráfego marítimo e à exploração econômica das águas jurisdicionais.

Dadas essas premissas, a maritimidade deve ser revalorizada ante a continentalidade que, historicamente, representou influência preponderante no planejamento da defesa nacional. Em conseqüência, a vigilância e defesa do litoral e das águas jurisdicionais (em especial a Zona Econômica Exclusiva - ZEE) na vertente ocidental do Atlântico Sul (incluindo-se o espaço aéreo sobrejacente) devem ter prioridade em relação à defesa do território contra ameaças terrestres.

Nessa consideração do fator geográfico, como condicionante da estratégia de defesa do território nacional, especialmente da Amazônia, é interessante citar, apenas a título de referência, sem qualquer pretensão de fazer analogia, o Livro Branco de Defesa da Austrália, de 1994.²

Desenvolver nossas capacidades para tirar vantagem estratégica de nossa geografia, quer dizer, principalmente, tornar nossas vizinhanças marítima e terrestre uma barreira afetiva a um ataque. Damos, portanto, clara prioridade às capacidades naval e aérea, necessárias para negar nossas vizinhanças marítima e terrestre a um adversário, de modo que possamos limitar a utilização dessas áreas como bases de apoio a forças terrestres ou à preparação de ataques aéreos.

• Prioridades na Estruturação do SDN

O caráter da capacidade militar brasileira como de autodefesa, seu ajustamento à estatura político-estratégica da Nação, além da delimitação do espaço geoestratégico de interesse prioritário, ao âmbito regional, tudo de acordo com a PDN, constituem os princípios políticos que devem servir de base para a estruturação do SDN. Assim, dada essa moldura política, os estrategistas militares podem indicar os critérios básicos de estruturação das forças e os correspondentes meios para operacionalizá-las.

Os princípios básicos da PDN acima expostos subentendem a adoção dos conceitos de Segurança Defensiva da ONU e de Segurança Cooperativa da OEA, já comentados.

A utilização desses conceitos como base para a estruturação do SDN, ao lado de medidas diplomáticas e militares concretas de aproximação com os países vizinhos - o que já vem acontecendo - permitirão que o Brasil consolide um anel de paz ao seu redor no âmbito regional. Estaremos atingindo, desse modo, o nível de segurança desejado, dentro dos in-

² Ver nota 19 da Parte I (ADN nº 789, p. 53)

teresses nacionais e, ao mesmo tempo, fortalecendo o processo de integração regional, especialmente no Cone Sul, o que, aliás, se constituiria na dimensão militar do MERCOSUL.

A definição das prioridades da estrutura de forças e os decorrentes gastos com a defesa, tornam-se, portanto, uma questão objetiva, derivada de um processo analítico racional de planejamento, em substituição às abordagens tradicionais que temos utilizado.

Essa abordagem tradicional, no caso brasileiro, tem levado a uma espécie de setorialização da guerra, isto é, a estruturação e equipamento das Forças Singulares tendem a obedecer exclusivamente a critérios e interesses de cada instituição, sem uma atualização no nível da Estratégia Militar, integrante da Estratégia de Defesa Nacional. Corre-se o risco, desse modo, de perder em racionalidade, otimização e economicidade do planejamento estratégico-militar, em nome dos interesses de cada Força, incluindo, os corporativistas.

Cabe mais uma vez, a título de simples exemplo de referência, a afirmação de Paul Dibb, em relação ao caso australiano, que *abordagens tradicionais para a estruturação de Forças buscam ter uma Força equilibrada, que é freqüentemente tanto um reflexo de rivalidades inter-serviços, quanto é um julgamento sóbrio de necessidades estratégicas reais.*³

A questão de uma força equilibrada está associada à da integração das Forças

Armadas, de modo a se otimizar a capacidade de defesa e de dissuasão do SDN como um todo, o que não significa maximizar uma ou outra parte isoladamente.

Reportando-nos mais uma vez à obra de Paul Dibb,⁴ após constatar que, no caso daquele país, o Exército tem sido visto, tradicionalmente, como o mais importante da estrutura de forças, ele se refere à mudança histórica desencadeada pelo Livro Branco da Austrália, de 1994, no sentido de dar prioridade às capacidades naval e aérea, para tirar vantagens da geografia.

Numa outra passagem, o referido autor cita os casos de países como Tailândia, Filipinas, Malásia, Indonésia, que manifestaram interesse pela metodologia australiana.

São países que apresentam as seguintes características: não enfrentam a probabilidade de uma grande ameaça militar ou colapso da ordem regional num futuro breve; dispõem de grandes Zonas Econômicas Exclusivas; têm extensas vizinhanças marítimas; e têm um território considerável a defender.

O autor afirma que, *em cada um desses países, o Exército tem sido a força dominante, geralmente por motivos políticos e de segurança interna, mas a tendência recente tem sido desenvolver capacidades naval e aérea aptas à vigilância, patrulhamento e defesa da soberania.*

Um outro exemplo é o da Alemanha que *historicamente tem sido um poder continental no coração da Europa,*⁵ de quem os demais países europeus esperam

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Reportagem sobre a entrevista do Almirante Hans Rudolf Boehmer, Chefe do Estado-Maior da Marinha alemã, a Heinz Schulte, sobre a mudança no papel da força. Revista *Jane's Defense Weekly*, 20 de março de 1996.

uma significativa contribuição em termos de força terrestre para a paz na Europa, segundo o Chefe do Estado-Maior da Marinha alemã.⁶ No entanto, a estratégia alemã sugere a estabilidade marítima não apenas no Báltico. Segundo aquela autoridade militar, Vice-Almirante Bohemer, a Alemanha necessita de um forte exército e de uma marinha apropriadamente dimensionada. Essa relação continuará a suscitar muitos debates intelectuais.

Lembramos, a respeito, a posição de E. C. Coelho, expressa na Parte I item *Estratégia da Dissuasão, de que no Brasil; o Exército tem sido a Força prevalente, cabendo às forças naval e aérea uma função apenas subsidiária à da força terrestre.*

Não cabe aqui enveredar por um debate estéril e contraproducente, a respeito da importância relativa de cada Força Armada, mesmo porque, o mais importante é a integração das três forças para atender, harmonicamente, às necessidades da Defesa Nacional.

No entanto, forçoso é admitir que, tradicionalmente, no sistema de defesa nacional, a Força Terrestre tem prevalecido frente às Forças Naval e Aérea. As razões se devem às necessidades históricas de se preservar nossa soberania e defender o imenso território das ameaças de

países vizinhos, ao longo dos 7.500km de fronteiras terrestres, além da necessidade da distribuição espacial de unidades militares para ocupar os vazios demográficos no interior, muitas vezes

... forçoso é admitir que, tradicionalmente, no sistema de defesa nacional, a Força Terrestre tem prevalecido frente às Forças naval e Aérea. As razões se devem às necessidades históricas de se preservar nossa soberania e defender o imenso território das ameaças de países vizinhos, ao longo dos 7.500km de fronteiras terrestres, além da necessidade da distribuição espacial de unidades militares para ocupar os vazios demográficos no interior, muitas vezes em caráter pioneiro...

em caráter pioneiro – a estratégia da presença. Ao longo desse processo, o Exército desempenhou significativo papel para consolidar a unidade nacional e costurar o tecido social. Outra forte razão para a preponderância da Força Terrestre esteve relacionada a motivos políticos e de segurança interna, o que tem diminuído nos últimos anos, com o fortalecimento do regime democrático e das instituições públicas civis.

Nossa proposta, já foi esboçada no tópico anterior, a respeito do fator geográfico como condicionante da estratégia militar, é a de que a maritimidade também deve ser apropriadamente valorizada na estruturação do SDN, o que implica desenvolver mais nossas capacidades naval e aérea.

Em relação ao dimensionamento das Forças Armadas, devemos reconhecer as limitações do Poder Nacional e a correta opção política de priorizar o desenvolvimento e investir-se na infra-estrutura econômica para reduzir o chamado custo Brasil, além de resgatar a pesada dívida social.

Desse modo, concordamos com o Almirante Flores quando ele afirma a respei-

⁶ Idem.

to desse tema que *admitamos de imediato que não se pode, nem se precisa, pensar em capacidade militar de grande potência com atuação global como se chegou a admitir, ilusoriamente, na euforia do inconsistente milagre econômico dos anos 70.*

De forma semelhante, num outro contexto, relativo ao Poder Naval, mas que estendemos aos demais, o Almirante Vidigal afirma que, certamente, não será desenvolvendo Forças que em tudo se assemelhem àquelas que eventualmente terão de enfrentar, como o seu reflexo no espelho, e adotando táticas convencionais, que o País se capacitará a dissuadir uma intervenção.⁷

A capacidade dissuasória frente às grandes potências é reforçada pelo forte receio desses países quanto a baixas significativas durante os combates. Tornou-se assim uma condicionante estratégica fundamental para o emprego de forças militares das grandes potências, a minimização das próprias perdas, além das perdas civis.

Conforme lembra o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Wellington Liberatti, *é fundamental ter em mente que a concepção prevalente para países de recursos escassos é a de possuir meios capazes não de derrotar o adversário, mas de impor um custo elevado à sua eventual opção militar, dissuadindo agressões e incentivando a solução pacífica de controvérsias.*⁸

Definidos os objetivos políticos condicionantes da Defesa Nacional, os principais riscos e ameaças ao País e, considerando, ainda, suas vulnerabilidades estratégicas, podemos indicar os princípios básicos, norteadores da estruturação do SDN:

– Força baseada em capacidades e não mais em ameaças, apta para emprego em qualquer dos cenários levantados na EMB.

– Força Naval voltada principalmente para a defesa seletiva e se possível distante do litoral e águas costeiras e das águas jurisdicionais, além das hidrovias das Bacias Amazônica e do Prata, mantendo a atual ação de presença, para fins políticos, na vertente oriental do Atlântico Sul (países africanos) e participação em manobras de nível internacional, para fins políticos e de adestramento.

– Força Terrestre voltada para a vigilância das fronteiras norte e ocidental e defesa do território, com destaque para a Amazônia, mantendo força de reação rápida de valor compatível, para projeção no âmbito regional. Força Ativa mais reduzida, mas com capacidade de rápida expansão. Rearticulação do atual dispositivo com o prosseguimento (ampliado) de transferência de Unidades do Comando Militar do Sul para o Comando Militar da Amazônia.

– Força Aérea voltada principalmente para vigilância e defesa seletiva do espaço aéreo nacional, mantendo capacidade aeroestratégica razoável para atuação no âmbito regional, de modo a dar maior credibilidade à estratégia da dissuasão, além do apoio aerotático as forças de superfície e da capacidade suficiente de transporte para a projeção da Força Terrestre, no âmbito regional.

Cumprido salientar que, mantendo-se o tamanho da Força Total, uma Força Terrestre ativa mais reduzida, mas com capacidade de expansão rápida, decorrente de uma

⁷ Artigo: *Uma Estratégia Naval para o Século XXI - Revista Marítima Brasileira*, de julho/setembro de 1997.

⁸ Artigo: *O Submarino do País Emergente. Jornal O Estado de S. Paulo*, 18/25 de abril de 1996.

Força de Reserva adestrada e equipada, traria diversos benefícios. Primeiro, em termos econômicos, porque é muito menos oneroso dispor-se de pessoal temporário convocado periodicamente para exercícios militares, do que arcar-se com o ônus do pessoal permanente, não só ao longo de toda a carreira como na inatividade, além dos gastos com pensões. Segundo, em termos de integração com a sociedade e formação de uma mentalidade de defesa, visto que os quadros temporários mantêm seus vínculos periódicos com as instituições militares e com a Defesa Nacional, sem perder sua condição de cidadãos civis. Essa integração seria uma outra forma, sob certos aspectos, até mais eficiente de se aplicar a estratégia da presença das Forças Armadas, em relação à Nação Brasileira.

Ao aparente paradoxo de se formarem reservas de mais rápida mobilização, numa conjuntura de paz e de integração no âmbito regional, lembramos que se deve considerar a razão custo x benefício dessa política, em termos de redução da Força Ativa e permanente, com menores despesas de pessoal e maior coesão social - acrescente-se a maior credibilidade da estratégia da dissuasão, dada a possibilidade de rápida expansão da Força. Cumpre salientar que esse balanceamento entre Força Ativa e da Reserva é adotado por diversos países, como os Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Portugal, Venezuela etc.

O Exército já criou sua Força de Mobilização, em moldes semelhantes, mas como acréscimo à Força Ativa e não como alternativa para a sua redução.

A efetiva constituição de forças da reserva teria de ter o devido respaldo le-

gal, hoje bastante insuficiente. Pelo seu alcance e repercussão social, deveria ser uma lei discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Quanto à unificação do poder aéreo, seria mantida a atual mudança de política, desencadeada com a recente aquisição de aeronaves de asa fixa pela Marinha, de modo que, no futuro, o Exército pudesse dispor, também, de sua aviação orgânica de transporte, com aeronaves de asa fixa.

• Equipamento das Forças Armadas

Com base nesses princípios gerais, seriam levantados, pelos especialistas de cada força singular, os tipos e números de plataformas, vetores e sistemas de armas necessários, atendendo, estritamente, à troca da quantidade pela qualidade e explorando a moderna tecnologia, em termos de novas oportunidades para sistemas defensivos. As principais áreas de desenvolvimento seriam as ligadas à chamada guerra da informação: inteligência, vigilância e reconhecimento; comando e controle; armas e sensores essenciais, e guerra eletrônica.

Não cabem neste trabalho, e nem poderíamos fazer, considerações técnicas sobre os equipamentos de cada força singular, no entanto, julgamos útil levantar algumas questões gerais.

Citaremos, inicialmente, opiniões de alguns articulistas a respeito do tema, os quais, embora não sejam especialistas militares, pertencem ao segmento acadêmico e à mídia, com quem devemos dialogar, visto se constituírem em formadores de opinião.

Antônio Carlos Pereira, ao comentar a proposta da Marinha de comprar um

esquadrão de aviões de ataque para equipar o porta-aviões *Minas Gerais*, afirma que tal proposta estaria escorada na teoria da Marinha balanceada, isto é, uma força naval composta por elementos de combate e apoio que permitam a execução de todas as modalidades de guerra no mar, das operações de controle de área às missões de projeção de poder. Prossegue afirmando que essa teoria só é viável para países com tesouro inesgotável, que tenham interesses globais, pois, do contrário, atropela algumas políticas nacionais. Cita, como exemplo, os casos da França e da Inglaterra que não têm marinhas balanceadas. Isso porque esses países atribuíram às suas marinhas aquelas dentre as muitas missões que correspondem às políticas de defesa e concentram seus recursos nos equipamentos necessários ao cumprimento dessas missões.

O referido autor afirma que aviões de ataque num porta-aviões supõem missões de projeção de poder, cujo caráter, intrinsecamente ofensivo, não se coaduna com as políticas nacionais.

Nesse ponto, há concordância com a posição do Vice-Almirante da Reserva Remunerada Othon que critica a necessidade de uma Força Naval com capacidade de projeção de poder, por ser uma força típica de intervenção, a ser utilizada por uma nação poderosa contra outra tecnológica e militarmente mais fraca.⁹

Em outro texto, A. C. Pereira, referindo-se à lógica militar autônoma de cada

Força, critica recente ampliação da força de desembarque de tropas da Marinha, alegando que, *seja na América do Sul, seja na África Ocidental, o Brasil não tem e nem terá, num horizonte visível, onde desembarcar grandes quantidades de fuzileiros*. Conclui que a lógica obedecida na aquisição daqueles navios se refere provavelmente à *elementar estratégia de meios, aquela variedade perversa do planejamento que determina que se compre o que esteja acessível, e não o de que realmente se necessita*.¹⁰

Roberto Macedo, após afirmar que, *nas fronteiras norte e ocidental, há grandes problemas que poderiam ser colocados dentro do conceito geral de segurança nacional - narcotráfico, imigração clandestina, contrabando e danos ecológicos*, sugere que, *em face disso, o de que a Marinha e as demais forças estariam mais necessitando seriam lanchas, aviões, helicópteros e outros veículos para patrulhamento dessas fronteiras*.¹¹

A questão da Marinha balanceada se aplica também à Alemanha, nas palavras do Vice-Almirante Boehmer: *O principal objetivo da Marinha alemã é o de manter capacidade em todas as modalidades da guerra naval*.¹²

Em relação a essa questão, o Almirante Flores afirma inicialmente que *cessaram os motivos para se cogitar de desembarque à força em área costeira do próprio Brasil*, dadas a baixa probabilidade de guerra revolucionária no país e a disponibilidade de recursos para mobilidade es-

⁹ Ver artigo: *Minas Gerais - O 'Supercanecão' Naval*. Vice-Almirante Engenheiro Militar Othon Luís Pinheiro da Silva. *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 1997.

¹⁰ Ver nota 4 da Parte I (ADN nº 789, p. 47)

¹¹ Ver nota 7 da Parte I (ADN nº 789, p. 48)

¹² Ver nota 5 na página 116.

tratégica interna, tornando *prescindível o desembarque em praia*. Em seguida, defende que, *entretanto, convém que o Brasil disponha de um núcleo de projeção anfíbia para o controle da ordem em regiões conturbadas por conflitos de baixa ou média intensidade, no espaço geoestratégico de maior interesse brasileiro*.¹³

A fim de conciliar a escassez de recursos financeiros com o necessário acompanhamento da evolução tecnológica do material de defesa, atendendo ainda à conveniência de dar mais ênfase à qualidade e à prontidão para o combate do que à quantidade, uma opção racional e realista é a de se adotarem os *núcleos-escola* ou os *núcleos de modernidade*, isto é, manter-se um número seletivo de unidades militares, de plataformas, ou sistemas de armas, como elementos de excelência, a fim de desenvolver o conhecimento e a doutrina, bem como capacitar tecnicamente as forças, acompanhando os avanços tecnológicos do emprego em combate.

No caso da Marinha, o Almirante Vidigal cita, a propósito, o navio-aeródromo como o *elemento primordial do sistema que deve existir para acompanhar a evolução tecnológica e manter e desenvolver o conhecimento operativo, relativamente aos meios embarcados*.¹⁴ Conforme exposto anteriormente, o Almirante Flores se refere à necessidade de a Marinha dispor de um *núcleo de projeção anfíbia*.

No caso do Exército, citando mais uma vez o Almirante Flores, ele propõe que *convém que o Exército disponha, tam-*

bém de um núcleo eficiente e tecnologicamente moderno de unidades preparadas para as operações ao estilo tradicional, dimensionado no nível mínimo necessário... Esta, a propósito, seria a razão de ser da criação da Força de Pronto Emprego do Exército, em 1994, e de seu componente, a Força de Ação Rápida (FAR).

O principal ponto que desejamos destacar é que os meios militares a serem desenvolvidos ou adquiridos são resultado de análise técnica e econômica, a cargo de especialistas militares, em função das injunções estratégicas do planejamento da defesa nacional, as quais, por sua vez, se condicionam aos objetivos políticos e às opções e injunções estratégicas do País.

O exemplo do Japão é ilustrativo, com base na elucidativa obra de George Friedman e Meredith Lebara.¹⁵

A questão do rearmamento do Japão, segundo aqueles autores, será determinada por necessidades estratégicas, principalmente o controle das fontes de suprimentos minerais e das vias de transporte que levam tais suprimentos ao seu território. Trata-se da chamada macroestratégia que se decide na interseção das escolhas com as necessidades, tendo em vista a vida da nação. Nesse caso as realidades inevitáveis da geografia são especialmente importantes.

Em seguida, abordam a constituição, em termos dos principais equipamentos, de cada uma das forças: Força Terrestre de Autodefesa (FTA), Força Marítima de Autodefesa (FMA) e Força Aérea de Autodefesa (FAA).

¹³ Ver nota 9 da Parte I (ADN nº 789, p. 49)

¹⁴ Ver nota 8 da Parte I (ADN nº 789, p. 48)

¹⁵ FRIEDMAN George e LEBARA Meredith, *EUA x Japão - Guerra à Vista*. Editora Nova Fronteira, 1993.

A FTA é a maior das três com, aproximadamente, 60% dos efetivos das Forças do Japão de Autodefesa (FJA). A FTA, porém, não é alvo dos investimentos atuais e futuros. Pouco mais de 50% dos futuros investimentos do Japão destinam-se à compra de aeronaves, 22% à de mísseis e 17% à nova construção naval. Apenas 9% vão para a aquisição de armas terrestres.

De certo modo, isso representa uma grande transição na história defensiva do Japão de uma época em que o foco primordial das FJA era a segurança física do país contra eventuais ataques, para uma postura defensiva mais moderna e mais complexa.

Quanto à FMA, sua missão primordial é a de possuir a *capacidade exigida para garantir a segurança do tráfego marítimo*. Seus sistemas de armamento com ênfase nos contratorpedeiros, nos navios caça-minas e nas avançadas aeronaves anti-submarinos *tornam patente a obsessão japonesa com o controle das vias marítimas e com a proteção dos navios destacados para esse serviço*.

Os autores prosseguem afirmando que, *ao contrário da Marinha norte-americana, a FMA não é, realmente, uma armada oceânica, apta a projetar uma presença naval, a grandes distâncias do Japão*.

Quanto à aviação naval, o Japão faz todo o possível com a vigilância baseada em terra, para lidar com o problema das operações em águas contestadas, num raio de mil milhas ao redor do país.

... a estruturação das forças militares de um país, em termos de efetivos, prioridades de investimentos, tipos e quantidades de equipamentos bélicos, é resultado de análise racional baseada em razões políticas e estratégicas que envolvem os destinos da nação.

Citam o interesse japonês pelos porta-aviões, como relacionamento à contínua vulnerabilidade do sistema de escolta japonês contra ataques aéreos. Nesse caso, o interesse está ligado à solução britânica e soviética que adotaram aeronaves tipo V/STOL (decolagem curta e pouso vertical), em seus porta-aviões, porque não planejavam operá-los a distâncias extremas das aeronaves baseadas em terra, nem em ambientes muito hostis.

Em relação à FMA, concluem que, *conforme as forças japonesas se forem afastando mais e mais do apoio aéreo baseado em terra, crescerá a necessidade de poderio aeronaval autônomo*.

A FAA tem duas missões básicas: primeiro, defender o espaço japonês contra incursões hostis; segundo, fornecer apoio aéreo às operações de escolta da Força Marítima de Autodefesa.

No primeiro caso, *a ameaça de invasões aéreas contra o Japão cai vertiginosamente*, enquanto, no segundo caso, *o controle das rotas marítimas é um problema substancial para os japoneses*.

Procuramos mostrar, com o exemplo do Japão, que a estruturação das forças militares de um país, em termos de efetivos, prioridades de investimentos, tipos e quantidades de equipamentos bélicos, é resultado de análise racional baseada em razões políticas e estratégicas que envolvem os destinos da nação. Trata-se de um planejamento integrado e profissional, cujas decisões são tomadas sob o arcabouço da política nacio-

nal e de uma estratégia militar unificada e cuja implementação é calcada em investimentos analisados sob critérios econômicos, de relação custo x benefício.

• Base Tecnológica e Industrial

O Brasil, como uma potência média, precisa desenvolver ciência e tecnologia próprias na área de defesa e uma correspondente indústria local.

Trata-se de aproveitar o potencial de nosso significativo parque industrial e os recursos humanos qualificados para a pesquisa e desenvolvimento de material bélico de média tecnologia – compatível para uma potência de nosso nível.

Além de proporcionar maior grau de autonomia tecnológica e de produção bélica, visaria a disputar os nichos de mercado resultantes dos crescentes custos e sofisticação das exportações bélicas dos países desenvolvidos.

Como afirma Dagnino,¹⁶ a tendência à supersofisticação observada genericamente na indústria de armamento dos países avançados abriu espaço no mercado internacional de armamento, para produtos de nível tecnológico intermediário, baixo custo de aquisição e operação mais adequada às situações reais de conflito e às necessidades dos países do Terceiro Mundo.

Deve-se considerar, no entanto, uma outra tendência que representa um paradoxo, conforme Patrice Franko-Jones:¹⁷ *a de os produtores de sistemas de armas do Terceiro Mundo subirem na escala de sofisticação tecnológica, o que é acompanhada*

do de custos crescentes e, em consequência, de maiores exigências de escala de produção, ao lado de mudanças nos mercados de exportação, que passam a não sustentar grande número de compras.

A equação da indústria de material de defesa apresenta três variáveis-chave: o mercado, o financiamento e a tecnologia.

O mercado interno brasileiro é limitado, de modo que a indústria precisa exportar. No entanto, como não se pretende dispor de uma indústria autônoma, o que cada vez mais se torna praticamente impossível, mesmo nos países mais desenvolvidos, dada a crescente internacionalização da produção de material de defesa, devem-se buscar projetos multinacionais, de modo que os mercados se ampliem, incluindo os dos países co-produtores. Essa talvez fosse uma grande oportunidade, envolvendo o Brasil, a Argentina e o Chile, em parceria com outros países, aproveitando-se o processo de integração econômica e industrial no âmbito do MERCOSUL. Essa estratégia mercadológica é também sugerida pelo Almirante Vidigal, visando à *criação de um mercado suficientemente amplo para dar viabilidade à indústria militar regional*.¹⁸

Mesmo admitindo-se serem relativos, como afirma Dagnino, os benefícios econômicos e tecnológicos da indústria de armamento brasileira, podemos admitir que ocorre algum processo de disseminação tecnológica (*Spin Off*) e de promoção de setores motores de alta tecnologia. Como exemplo, o projeto de desenvolvimento do submarino nuclear da Marinha e o projeto do veículo lançador de satélites (VLS) e da aerona-

¹⁶ Ver nota 24 da Parte I (ADN 789, p. 56)

¹⁷ FRANKO-JONES Patrice, *A Indústria Brasileira de Defesa em Crise*. Ver nota 22 da Parte I (ADN nº 789).

¹⁸ Almirante Vidigal, ver nota 5 da página 116..

ve AMX, da Aeronáutica, para citar apenas os principais. A tendência de as Forças Armadas buscarem projetos de tecnologia dual e produtos ou componentes de prateleira ou comerciais, para baratear custos e facilitar o apoio logístico, reforça esses efeitos positivos da indústria de material de defesa sobre a economia brasileira.

Uma outra política a ser implementada é a busca de maior transferência de tecnologia, mediante importações de material de defesa casadas com a fabricação local, mediante licença, por meio de *joint venture* entre empresas brasileiras e as empresas exportadoras, o que o Chile vem fazendo sistematicamente, apesar de seu modesto parque industrial. A Marinha está bem avançada nesse tipo de negociação, com base na sua capacidade orgânica de construção naval, representada pelo Arsenal de Marinha.

O fortalecimento da indústria de material de defesa brasileira teria também um objetivo político, seguindo o exemplo de outras potências regionais, que *capitalizam sua produção de armamento, como instrumento de política externa*, conforme Dagnino.¹⁹ Outra vantagem política, segun-

do o mesmo autor, *provém da percepção do fato, muitas vezes observado e pertencente ao senso comum estratégico: países que possuem capacidade tecnológica no campo militar têm merecido um tratamento privilegiado nos foros internacionais.*

Essa integração da indústria de material de defesa no nível do Cone Sul daria maior solidez ao processo de integração regional sob a égide do MERCOSUL. Como já afirmamos, trata-se da tendência de internacionalização do desenvolvimento e fabricação de material bélico, por motivos estratégicos, econômicos, mercadológicos e de aproveitamento das potencialidades tecnológicas dos países envolvidos.

A título de exemplo, citamos o caso da União Européia, conforme declarações do primeiro-ministro britânico: *A capacidade européia, para ter defesa eficaz, também requer uma indústria bélica eficaz.*²⁰

• Gastos com a Defesa

Em termos absolutos ou relativos, os gastos com a defesa do Brasil não são expressivos, conforme mostra o quadro abaixo:

PAÍS	PIB (US\$ bilhões)	GASTOS COM DEFESA (US\$ bilhões)	% PIB	POP (Milhões de Hab.)	FORÇAS ARMADAS (Efetivos Militares)
Brasil	785	4,6	0,58	158,7	296,7
Chile	43,7	1,28	2,92	13,9	94,8
Argentina	185	2,3	1,24	32,9	68,5
Cuba	13,7	1,2	8,75	11,1	185,5
Índia	1.170	8,3	0,70	919,9	1.260
África do Sul	171	2,9	1,69	43,4	121
Japão	2.549	53,8	2,11	125,1	284,5

Fonte: Military Technology 1/96 e The Balance of Military Power 95/96.

¹⁹ Roberto Peixoto Dagnino, ver notas 23 e 24 da Parte I (ADN 789, p. 55 e 56)

²⁰ BLAIR Tony, *Europa Precisa Agir com Autoridade. Jornal O Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1998.

Obs: - A proporção de gastos com a defesa do Brasil em relação ao PIB se elevou a 1,5% em 1992, conforme relatório do Banco Mundial, apresentado pela revista *SER en el 2000*, 4 de setembro de 1993.

- Uma comparação interessante é a apresentada pelo Almirante Flores, com base nas tabelas do *L'Année Strategique*, de 1992, com dados de 1990. Elas mostram que cada brasileiro paga por suas Forças Armadas cerca de um quinto do que paga cada venezuelano, colombiano ou chileno, um terço do que paga cada argentino, menos de vinte vezes o que paga cada japonês e mais de cinquenta vezes o que paga cada alemão.²¹

A participação das Forças Armadas brasileiras no orçamento de 1996, segundo dados do EMFA, foi de 4,76%, sendo 2,18% para o Exército, 1,28% para a Marinha, 1,26% para a Aeronáutica e 0,04% para o próprio EMFA.

Cabe aqui reconhecer a procedência da crítica de A. C. Pereira.²² Começa afirmando que os R\$ 15 bilhões destinados aos ministérios militares no orçamento de 1996, tomados globalmente, não é um número desprezível, arranhando os 5% do orçamento. Prossegue afirmando que o que mais chama a atenção são os recursos des-

tinados ao pagamento de pessoal da ativa, inativos e pensionistas: 79,2% no Exército, 59,4% na Marinha e 49,1% na Aeronáutica. Após citar outras cifras, conclui: *O que realmente importa é que o orçamento reflète forças armadas que gastam muito pouco com suas atividades-fim, isto é, a instrução e o adestramento militares.*

A título de comparação, o percentual do gasto com pessoal, em relação ao gasto total, no Chile, em 1990, foi de 68,71% para o Exército, 63,34% para a Armada e de 67,5% para Força Aérea, sendo que, no caso de Exército, de 1979 a 1994 aquele percentual sempre esteve acima de 72%.²³ No caso da Argentina, os gastos com pessoal, em relação ao total dos gastos com a defesa, são de aproximadamente 90%, conforme levantamento do Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, referente a 1996 (Organização de Estudos e Pesquisas, Argentina, com sede em Buenos Aires).

Fazendo novamente um paralelo com o caso argentino, podemos citar a opinião de Marcelo F. Sain, que se baseia em Thomas Schutz, de que *o atual gasto militar, embora reduzido em termos absolutos, em comparação com anos anteriores, resulta elevado, se se tem em conta que só serve para*

... no caso brasileiro, a concessão ou redução de recursos orçamentários para a defesa, pelo Congresso Nacional, é feita de forma aleatória, sem base em critérios racionais e estratégicos, ou em análise de relação custo x benefício.

²¹ Ver nota 9 da Parte I (ADN nº 789, p. 49) Cabe citar dados do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres e do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas de Paris: O Brasil, em 1994, gastou 1,6% do PIB na Defesa, ocupando o 124º lugar no mundo. A Argentina com 1,4% do PIB ficou em 115º lugar e o Chile com 3,5% ocupou o 49º lugar. Conforme o *Jornal do Brasil* de 4 de maio de 1996.

²² Ver nota 4 da Parte I (ADN nº 789, p. 47).

²³ PATTILLO Guillermo, *El Gasto de las Fuerzas Armadas en Chile - Evolucion y Estructura 1970-1990*. Revista *SER en el 2000*, nº 4 de setembro de 1993.

*financiar instituições relativamente obsoletas, ineficientes e estritamente burocratizadas para enfrentar as necessidades mínimas da defesa nacional.*²⁴

Outro aspecto grave desse tema é que, no caso brasileiro, a concessão ou redução de recursos orçamentários para a defesa, pelo Congresso Nacional, é feita de forma aleatória, sem base em critérios racionais e estratégicos, ou em análise de relação custo x benefício.

O que deve ser ressaltado nessa questão de gastos com a defesa é que o País precisa dispor de um SDN apropriado e que a Defesa é uma das funções públicas do Estado, em que a sociedade deve investir, balanceando as necessidades estratégicas com as possibilidades econômicas e as demais prioridades. Se apenas se cortarem gastos com a defesa, ou não os distribuir de forma estável, anualmente, em nome de uma falsa antinomia – gastos com a defesa x gastos com o social –, o País poderá vir a correr riscos inaceitáveis por não contar com as instituições militares aptas a cumprir suas atribuições constitucionais relativas à defesa nacional. É de se prever que, numa situação de crise, em que o poder político venha a decidir empregar as Forças Armadas para superar um conflito armado, a sociedade não perdoará os militares se estes não forem bem-sucedidos no cumprimento da missão, sendo que de nada adiantará alegar-se que o preparo foi prejudicado por falta de recursos financeiros.

Por mais que seja importante a variável econômica como um crivo das neces-

sidades estratégicas da defesa nacional, um planejamento sóbrio e racional *deve assinalar as grandes linhas da política de defesa e, a partir daí, definir a política de gastos. Fazer o contrário significa prolongar uma crise que coloca a instituição militar no limite da incapacidade funcional para o cumprimento de suas missões.*²⁵

Reforçamos o argumento acima, citando a conclusão do Fórum de Gerais da Reserva da Argentina:²⁶ após criticarem a apresentação de novas propostas de mudanças de reorganização das Forças Armadas argentinas, como *declarações arbitrárias e incompreensíveis, sem o fundamento racional de uma política compreensiva*, concluem que, *na presente situação, a defesa se tornou um problema estritamente orçamentário e que apenas podemos ter as Forças Armadas sob um específico preço* (os grifos são nossos, porque julgamos que se aplicam, também, ao caso brasileiro).

• Defesa da Amazônia

A defesa da Amazônia deve ser alvo de maiores investimentos por representar a área mais importante e de grande vulnerabilidade estratégica do País. A mais significativa ameaça à soberania nacional naquela região também é oriunda das grandes potências, principalmente pelo mar e pelo ar (nesse caso, a partir, também, de bases terrestres localizadas na área das Guianas).

No entanto, as fronteiras terrestres na Amazônia continuaram a ter elevado valor

²⁴ SAIN Marcelo F., *Condições e Parâmetros para a Reforma Militar*. Revista *SER en el 2000*, nº 9, junho de 1996.

²⁵ Ver nota 23 da página anterior.

²⁶ Reportagem de Ian Ken, de Londres, revista *Jane's Defense Review*, 8 de outubro de 1997.

estratégico para a defesa nacional, tendo em vista as ameaças constituídas pelos ilícitos transnacionais e pelos movimentos guerrilheiros nos países vizinhos, além dos efeitos do problema indígena e do garimpo.

A estratégia da presença, caracterizada pela articulação de unidades e instalações militares na área, deve, também ser mais enfatizada, mediante a criação ou transferência de novas organizações militares das três forças singulares, especialmente do Exército.

Sobressaem, portanto, as necessidades de vigilância e patrulhamento das fronteiras marítima e terrestre, das hidrovias e do espaço aéreo. A implantação do Projeto SIVAM deverá proporcionar condições muito mais eficazes para a vigilância e defesa de nossa soberania na Amazônia.

Por outro lado, a implantação de um monitoramento territorial na região, com base em recepção e tratamento de imagens obtidas por satélites, representaria significativo salto tecnológico em termos de atividade de inteligência para melhorar a vigilância e defesa da área.

Considerando a possível repetição de conflitos na fronteira, envolvendo a violação do território brasileiro, com a conseqüente necessidade de emprego de força militar, torna-se conveniente prever-se a criação do Comando Combinado das três forças singulares, a ser ativado em casos de crise. Esse órgão caracterizaria C3I, a fim de permitir decisão mais rápida e pronta resposta no emprego de forças combinadas, servindo ainda de canal direto de ligação do segmento militar com o Comando Supremo.

Esse Comando Combinado poderia também ser ativado em situação normal

ou de paz, visando ao preparo, por meio do planejamento e condução de exercícios combinados, o que por sua vez seria instrumento para a formulação e experimentação da doutrina correspondente, no ambiente operacional da Amazônia.

A logística, por se revestir de capital importância nessa vasta região, de precária estrutura econômica e viária, desprovida de suficientes recursos locais, torna aconselhável a centralização do planejamento desde o tempo de paz, visando à racionalização da utilização de meios entre as forças singulares.

Um outro aspecto do planejamento australiano de interesse, como referência para a defesa da Amazônia, é a busca pelo Exército daquele país, de *transformar as áreas vastas e difíceis do norte da Austrália, em nossa vantagem, assegurando que podemos nelas operar, melhor do que qualquer adversário. Isso significa otimizar o emprego de equipamento e de pessoal para as condições locais.*

Trata-se justamente do que o Exército já vem fazendo, há muitos anos, por intermédio principalmente do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), que se tornou unidade militar de excelência para a formulação e aperfeiçoamento da doutrina de combate na selva.

A preocupação com a defesa da Amazônia deve ser de toda a nação e não apenas dos militares. Há que se fazer um esforço de conscientização da opinião pública nacional de que a região é efetivamente cobiçada pelas grandes potências, devido às suas riquezas minerais e recursos naturais e que esses interesses são muitas vezes mascarados por argumentos ecológicos, ambientais e de defesa das populacionais indígenas.

Obviamente, a segurança da Amazônia na conjuntura atual, não pode basear-se preponderantemente, na expressão militar, visto que não há ameaças militares caracterizadas e que estas só se podem concretizar após um prazo de alerta suficiente para a adoção de medidas defensivas de emergência.

No entanto, o preparo para a defesa da região deve ser mantido de forma permanente e os investimentos necessários devem ser contínuos, tendo em vista que se referem a decisões de longo prazo de maturação, especialmente quanto à infraestrutura econômica, incluindo a de interesse direto da segurança (Projeto SIVAM, Programa Calha Norte, transferência de novas unidades militares, além do sistema de comunicações e de obtenção de imagens via satélite).

A opinião pública internacional também deve ser concientizada quanto à vontade política e determinação governamental brasileira de promover o desenvolvimento sustentável da região, preservando a ecologia.

Em suma, a defesa da soberania nacional em relação à Amazônia é bandeira de toda a Nação, sendo, portanto, legítima a preocupação dos militares que de longa data têm mantido ação de presença na área, preenchendo o vazio e a omissão de outros órgãos públicos, integrando portanto a região ao restante do País.

Encaramos com reserva, portanto, a visão de Eliézer Rizzo de Oliveira, de enquadrar essa cruzada dos militares em

prol da Amazônia como uma *saída para sua crise de identidade*, em que (eles, os militares) *buscam uma adaptação renovada para a crise de identidade, no sentido do recurso ao nacionalismo*, sendo que *a defesa da Amazônia constitui o fator de mobilização dessa adaptação nacionalista*. Numa outra passagem o autor complementa que *há indícios de que as próprias Forças Armadas encaram o desafio amazônico como um sopro renovador de sua identidade*.²⁷

• Segurança Interna e Segurança Pública

Até aqui tratamos exclusivamente da defesa externa que representa a tônica da Política da Defesa Nacional e da própria Estratégia Militar Brasileira. No entanto, num país com as características do Brasil, à semelhança dos demais países latino-americanos, as Forças Armadas precisam considerar seu envolvimento em questões de segurança interna e, até mesmo, de segurança pública. Conforme declara Gabriel Marcella, *a segurança nacional na América Latina, freqüentemente, envolve a preocupação com a segurança interna*. No entanto, acrescenta, *a defesa da nação dos encargos externos é a função legítima e o irredutível sine qua non das Forças Armadas*.²⁸

No Brasil, preceitos constitucionais, regulamentados pela Lei Complementar 69/91, atribuem expressamente às Forças Armadas a garantia dos poderes constitucionais, da Lei e da Ordem. Durante cin-

²⁷ OLIVEIRA Eliézer Rizzo de, *De Geisel a Collor - Forças Armadas, Transição e Democracia*. Papirus Editora, 1994.

²⁸ Dr. Gabriel Marcella, professor do US Army War College, *Misiones Futuras de las Fuerzas Armadas Latino- Americanas y Política de Los Estados Unidos*. Revista *SER en el 2000*, nº 5, março de 1994.

co décadas, sob o contexto da ameaça do Movimento Comunista Internacional, até o final da Guerra Fria, essa foi a preocupação maior dos militares, especialmente do Exército. Preocupação que, conforme já assinalamos, anestesiou o nosso planejamento estratégico.

Com a democratização do País e a volta do poder político aos civis, além da maior autonomia dos órgãos de segurança pública federais e estaduais frente ao Exército, aqueles órgãos passaram a assumir os principais encargos em termos de segurança interna, preservando-se a Força Terrestre para emprego nas crises mais graves, como as que têm acontecido no sul do Pará.

Cabe aqui um breve parêntese doutrinário. De acordo com o grau das ameaças e dos riscos à estabilidade institucional e a garantia dos poderes constituídos, uma crise pode ser caracterizada como de ordem pública ou ordem interna e a situação do País como de normalidade ou de não normalidade. Nesse segundo caso cabe a adoção de medidas de exceção constitucionais (estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal).

No caso da segurança interna, idêntico ao da externa, constata-se uma indefinição de orientação superior para emprego das Forças Armadas, sendo insuficientes os preceitos legais vigentes para dar respaldo jurídico aos agentes militares. Isso porque os governos federais evitam aplicar as medidas de exceção que proporcionariam o arcabouço jurídico necessário.

Por outro lado, as instituições militares não têm competência policial legal, salvo nos casos claros de crimes militares (e, mesmo assim, com restrições), para prender pessoas ou apreender bens. Em suma,

os militares recebem missões de pacificação ou de preservação da ordem pública, mas ficam operacionalmente tolhidos pela falta de respaldo legal. E quando acontecem fatos desagradáveis, relativos a supostas violações dos direitos humanos, de grande repercussão nacional ou até mesmo internacional, as autoridades políticas não assumem a responsabilidade, caindo o ônus sobre os agentes militares, que ficam sujeitos ao indiciamento ou denúncia, como acusados ou réus, em inquéritos policiais ou processos judiciais.

Carecemos de uma nova diretriz presidencial a respeito do tema, visto que as existentes são anteriores à Constituição de 88 e foram revogadas, ou de direito ou de fato, por se reportarem a um contexto político totalmente modificado.

Pelo exposto, as Forças Armadas devem manter a preocupação e, também, o preparo para ações de defesa interna, mas devem-se resguardar para não serem empregadas prematuramente, sem definições claras quanto a regras de engajamento, de modo a disporem de condições satisfatórias para o sucesso das operações, evitando desgastar sua imagem.

Ao mesmo tempo, deve ser intensificada a integração com os órgãos de segurança pública federais e estaduais, especialmente com a Polícia Federal, de modo que, nos casos de emprego combinado ou conjunto, o comando não seja prejudicado por atitudes e reações corporativistas ou derivadas de ressentimentos passados.

Em relação aos ilícitos transnacionais, particularmente o tráfico de drogas e o contrabando de armas, nossas fronteiras terrestres e marítimas, além do espaço aéreo, estão expostas às ações do crime or-

ganizado, conforme já é público e notório. Apesar de ser atribuição legal da Polícia Federal a repressão a essas ações, é preciso que as Forças Armadas dêem apoio mais efetivo àquelas operações, principalmente nas regiões ou locais em que a Polícia Federal não dispõe de meios nem de treinamento para atuar eficazmente.

Esse apoio, na verdade, tem sido prestado em termos de logística e inteligência, mas acreditamos que poderia ser mais sistemático e efetivo e com maior determinação e vontade política, visando a debelar o tráfico de drogas e de armas, que vem abastecendo os grandes centros urbanos. Embora não seja nosso propósito aprofundar esse assunto, mas como tem sido ventilado pela mídia, seria preciso proceder-se a uma avaliação institucional da Polícia Federal, visando a melhorar sua imagem e confiabilidade perante a sociedade. O mesmo se aplica às Polícias Militares. Seria preciso, ainda, que os agentes da PF se prontificassem a atuar, de forma mais profissional, sob comando único de autoridade militar, quando fosse determinado pelo Governo federal o emprego combinado das Forças Armadas com a Polícia Federal.

O nível de insegurança pública nos centros urbanos está elevadíssimo, existindo um verdadeiro clamor da sociedade por melhores e mais seguras condições de vida. Não se trata de pôr o Exército nas ruas, como muitos ingenuamente proclamam, visto que a questão da segurança pública é mais complexa e de caráter

sistêmico, não podendo ser resolvida de forma permanente e duradoura com medidas de caráter cirúrgico, do tipo *Operação Rio*, desencadeada no Rio de Janeiro, ao final de 1994, de sucesso efêmero.

Propomos duas opções: ou as Forças Armadas, cada uma na sua esfera de atribuições, passam a dar maior apoio operacional à PF no combate aos ilícitos transnacionais, ou partimos para a criação de forças paramilitares, visando à vigilância das fronteiras, nos moldes de Guardas de Fronteira e Costeira, à semelhança da Gendarmaria e da Prefeitura Naval argentinas.

Quanto à patrulha costeira, o Vice-Almirante Othon considera que parece não haver dúvidas sobre a necessidade de um bom sistema de patrulha costeira, devidamente articulado com aviação de patrulha (baseada em terra) e as polícias federal e estaduais.²⁹

No entanto, sabemos das restrições das Forças Armadas a essa solução.³⁰ Uma outra alternativa seria dotar a PF de forças mais bem treinadas e aparelhadas para essas missões, sob supervisão do Ministério da Defesa.

Precisamos lembrar que a maior aptidão para a atuação da PF é nos centros urbanos, sendo limitada sua capacidade de emprego em regiões de selva, ou mais inóspitas ou em águas costeiras ou hidrovias, por falta de recursos humanos e materiais em quantidade e qualidade.

Esse maior apoio operacional a que nos referimos subentende que os agentes policiais federais seriam empregados em

²⁹ Ver nota 10 da Parte I (ADN 789, p. 49)

³⁰ O Vice-Almirante Othon afirma que a patrulha costeira, historicamente, tem sido uma atividade de baixa prioridade e que, somente após o início do recebimento de royalties do petróleo, a ela especificamente destinados, alguns barcos patrulha foram construídos. Ver nota 10 da Parte I (ADN 789, p. 49)

primeiro escalão, com a cobertura dos agentes militares, sob comando unificado, a cargo de autoridade militar, visando a garantir a unidade de comando e o atendimento aos preceitos legais vigentes, quanto à competência para efetuar prisões e apreensão de bens, o que, como já dissemos, cabe à PF.

Como vimos anteriormente³¹ há uma nova visão ampliada da segurança e da guerra, não mais tanto entre estados e, sim, mais contra grupos de terroristas, guerrilheiros e assaltantes, o que vem provocando mudanças de enfoque quanto às respostas mais apropriadas dos estados. Nos próprios Estados Unidos, país onde as Forças Armadas sofrem severas limitações legais para emprego na segurança interna, há propostas de mudanças legais nesse sentido. (Lembramos que aquelas limitações não impediram que o Exército fosse empregado como último recurso nos violentos conflitos de Los Angeles, em 1992).

Finalmente, desejamos abordar o combate ao tráfico de drogas na Amazônia, onde os Estados Unidos têm atuado abertamente em apoio às Forças Armadas e de segurança da Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia.

O Brasil tem adotado, nessa questão, atitude extremamente parcimoniosa em cooperar com o Comando Sul dos EUA, em nome de nossa soberania e da resistência à alegada pretensão norte-americana de transformar as Forças Armadas dos países latino-americanos em milícias destinadas, principalmente, a combater o tráfico de drogas.

Não resta dúvida de que se tratam de argumentos válidos e que o Brasil, pela sua estatura político-estratégica, merece um tratamento diferenciado. No entanto, não podemos esquecer que essa luta é contra um inimigo comum, cujo combate é genuinamente do interesse nacional e não apenas dos EUA.

A propósito, no período da Guerra Fria, cooperamos com países vizinhos, dentro da estratégia dos EUA de luta contra o inimigo comum representado pelos movimentos subversivos ou terroristas de origem comunista. No caso presente do narcotráfico e contrabando de armas, deparamo-nos com um novo inimigo comum, cujas ações criminosas estão contribuindo para abalar os alicerces da sociedade, e que por isso merecem ser combatidas sob uma frente também comum.

Cabe lembrar a advertência e o apelo do Presidente da República no discurso de apresentação dos novos oficiais-generais promovidos, em 16 de abril de 1996, conforme editorial de *O Estado de S. Paulo - As Forças Armadas e o Narcotráfico*. Para o Presidente, os tempos atuais trouxeram, além das preocupações clássicas das Forças Armadas, *desafios à soberania e ameaças à estrutura social do País que, se por um lado não lhes indicam uma atitude policial, por outro, alertam para um acréscimo para o enfoque tradicional da segurança e da defesa nacional...*³²

CONCLUSÃO

Esperamos ter contribuído para a discussão do Sistema de Defesa Nacional e levantado idéias úteis para sua

³¹ *Prioridades na Estruturação do SDN*.

³² *Journal O Estado de S. Paulo*, 18.4.1996.

reformulação, neste momento histórico e oportuno de implantação do Ministério da Defesa.

Um país do porte do Brasil não pode continuar tratando questão tão séria e complexa, quanto a Defesa Nacional, de forma não profissional e até mesmo dileitante, como tem sido tratada.

Como uma potência média e utilizando uma metodologia correspondente, com base nos fatores geográficos, tempo de alerta e manutenção de base tecnológica suficiente, poderemos, sob supervisão do Ministério da Defesa, reestruturar nossas forças, de forma racional e integrada, atendendo às condicionantes políticas e econômicas.

A sociedade de modo geral e especialmente as elites civis e autoridades políticas precisam conscientizar-se da importância do tema da Segurança e da correspondente necessidade de contarmos com

instituições militares sólidas, eficazes e profissionais para defender os interesses nacionais, sob orientação do poder civil. Tudo num contexto de integração regional, de defesa dos interesses comuns e das simetrias estratégicas com nossos vizinhos, ao mesmo tempo respeitando e participando dos nossos compromissos internacionais.

Constituímos um Estado pacífico, pelos nossos compromissos e propostas e não pela fragilidade de nossos mecanismos de defesa ou pela inexistência de Forças Armadas capazes de respaldar nossas políticas e dar substância às nossas posições no concerto das nações.³³

O Sistema de Defesa Nacional reajustado tornará concreta a declaração da Política de Defesa Nacional. *Não é realista conceber um estado de razoável porte e influência internacional, que possa abdicar de uma força de defesa confiável.* ☉

NOTA – No desenvolvimento do nosso ensaio, procuramos assumir uma posição profissional e não corporativista, de real cooperação, reconhecendo, entretanto, tratar-se de tema delicado e sensível.

³³ Neste fecho, apoieme, parcialmente, em citação de Domício Proença e Eugenio Diniz. Ver nota 7 da página 118.



*Seja assinante
da BIBLIEX
e receba sempre
bons livros*